



CNPJ Nº 25.102.146/0010-60 TEOFILO OTONI/MG
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0011-40 GOVERNADOR VALADA-
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0012-21 GOVERNADOR VALADA-
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0013-02 GOVERNADOR VALADA-
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0015-74 IPATINGA/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0016-55 GOVERNADOR VALADA-
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0019-06 IPATINGA/MG
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0020-31 GOVERNADOR VALADA-
RES/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0021-12 TEOFILO OTONI/MG
NO/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0022-01 CORONEL FABRICIA-
NO/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0023-84 TEOFILO OTONI/MG
NO/MG
CNPJ Nº 25.102.146/0024-65 CORONEL FABRICIA-
NO/MG

Processo nº 25000.157919/2006-07

Interessado: IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 491/2006

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo parágrafo quarto do artigo 8º da Portaria GM/MS nº 491/2006, publicada no DOU de 10/03/2006 e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA, CNPJ nº 25.102.146/0001-79 em TEOFILO OTONI/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação

MOISÉS GOLDBAUM

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 292, DE 9 DE JUNHO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.036522/2005, resolve:

Autorizar o SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas, a efetuar a alteração dos objetos sociais da empresa. Aprovar a alteração na redação da Cláusula I do Contrato Social da referida entidade, que passará a ter a seguinte redação: "A sociedade gira sob a denominação de SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA. e tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (televisão), seus serviços afins ou correlatos, bem como a exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 464, DE 12 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000736/98, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 08 de setembro de 1998, a permissão outorgada à RÁDIO PROVÍNCIA FM LTDA, pela Portaria nº 293, de 06 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 08 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 477, DE 12 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53528.000328/2001, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de junho de 2001, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL RIOGRANDEN-

SE pela Portaria nº 108, de 09 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de março de 1990, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

HÉLIO COSTA

RETIFICAÇÕES

Na edição do DOU nº 188, de 29-9-2006, Seção 1, pág. 131, na identificação, onde se lê: Portaria nº 599, de 13 de setembro de 2006, leia-se: Portaria nº 559, de 13 de setembro de 2006.

(p/COEIO).

Na Portaria nº 599, de 21 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 subsequente, seção 1, página 83, onde se lê: RÁDIO MONTEIRO FM LTDA., leia-se: RÁDIO MOMENTO FM LTDA.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 741, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 411, realizada em 27 de setembro de 2006, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42, da Lei nº 9.472, de 1997 e do art. 6º do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de Consulta Pública sobre a destinação da faixa de radiofrequências de 24,05 GHz a 24,25 GHz para uso do Serviço Limitado Especializado em aplicações de radiolocalização.

I - Na elaboração da proposta levou-se em consideração:
1) o disposto no inciso VIII do artigo 19 da Lei nº 9.472, de 1997, que atribui à Anatel a competência para administrar o espectro de radiofrequências, expedindo as respectivas normas;
2) os termos dos artigos 159 e 161 da Lei nº 9.472, de 1997, segundo os quais, na destinação de faixas de radiofrequências, será considerado o emprego racional e econômico do espectro e que, a qualquer tempo, a destinação poderá ser modificada.

II - Como resultado da presente Consulta Pública, proceder-se-á:

1) Destinação da faixa de radiofrequências de 24,05 GHz a 24,25 GHz para uso do Serviço Limitado Especializado em Aplicações de Radiolocalização, em caráter secundário e de forma não exclusiva, mantendo as demais destinações já em vigor.

As manifestações fundamentadas e devidamente identificadas, relativas a esta Consulta Pública, deverão ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível na página da Anatel na Internet no endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União, até às 24h do dia 30 de outubro de 2006, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica, recebidas até às 18h do dia 25 de outubro de 2006, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
CONSULTA PÚBLICA Nº 741, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006.

"Destina a Faixa de Radiofrequências de 24,05 GHz a 24,25 GHz para uso do Serviço Limitado Especializado em Aplicações de Radiolocalização".

Sector de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

70070-940 - Brasília - DF
Fax: (61) 2312-2002
e-mail: biblioteca@anatel.gov.br
As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ATO Nº 61.016, DE 22 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53508.000081/2000.

Expedir Autorização à GOLDEN LINE TELECOM LTDA. para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ATO Nº 61.025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006

Processo 53000.011962/1994.

Declara extinta, por renúncia, desde 27 de outubro de 2004, a permissão outorgada à empresa TOPPAGING - Serviços de Radiocomunicações do Ceará Ltda., para explorar o Serviço Especial de Radiodifusão na localidade de Macaé, Alagoas, por meio da Portaria MC nº 725, de 22 de setembro de 1994, com publicação no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 1994, e, como consequência, o direito de uso da radiofrequência associada. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ATO Nº 61.073, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.010548/2006.

Autoriza a TELBRAX LTDA. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ATO Nº 61.075, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.007287/2006.

Autoriza a LOGOS NET SERVIÇOS COMUNICAÇÃO LTDA. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE Em 15 de março de 2005

Nº 164/2005-CD - Processo nº 53500.003307/2003

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo, interposto pela Telemar Norte Leste S/A, Concessionária do STFC, Setor 1 do PGO, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por intermédio do Despacho nº 799/2003/PBOA/SPB, de 19 de dezembro de 2003, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento do inciso XIII da Cláusula 15.1 do Contrato de Concessão para Prestação do STFC, decidiu, em sua Reunião nº 333, realizada em 16 de fevereiro de 2005, conhecer do Recurso, rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo integralmente a decisão exarada no Despacho mencionado, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 031/2005-GCPA, de 1º de fevereiro de 2005, e de conformidade com a Nota Técnica nº 1331-2004/GP/PFE-ADTB/Anatel, de 14 de dezembro de 2004, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAUJO
Substituto

Em 10 de julho de 2006

Nº 356/2006-CD - Processo nº 53508.010.066/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, concessionária do Serviço de Telefone Fixo Comutado, em face da decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho s/nº, de 10 de setembro de 2004, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 400, realizada em 28 de junho de 2006, conhecer do Recurso e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo integralmente os termos da decisão exarada, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 046/2006-GCAM, de 19 de junho de 2006, em conformidade com o Informe nº 052/2005, de 29/11/2005 e com os Pareceres nº 163/2006/PGF/DFHOG/ER02, de 05 de abril de 2006 e 215/2006/PGF/DFHOG/ER02, de 11 de maio de 2006 da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

Em 25 de setembro de 2006

Nº 456/2006 - CD - Processo nº 53500.011291/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, considerando o disposto nos arts. 179, 194, inciso XXXIV do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, nos arts. 85 e 86, do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998, decidiu em sua Reunião nº 410, de 20 de setembro de 2006, ratificar os termos o Ato nº 60.143, de 11 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 2006, do Superintendente de Serviços Privados, para a expedição de autorização para exploração dos Serviços Limitados Especializado ou Privado, submodalidades Serviços de Radiotaxi Especializado ou Privado, de interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para a outorga de autorização de uso de



VERSO EM BRANCO
6º TABELIONATO DE NOTAS